

## **Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: práticas e percepções em uma localidade do interior de Jaguari/RS**

Amanda Martins da Conceição <sup>1</sup>

Eliziane da Silva D'ávila <sup>2</sup>

Angela Maria Andrade Marinho <sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar a percepção e o engajamento da população entre 30 e 60 anos em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030, em uma localidade do interior do município de Jaguari, RS. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores locais, buscando identificar práticas sustentáveis já adotadas e possíveis desafios na implementação dos ODS no cotidiano da comunidade. A metodologia inclui revisão bibliográfica, levantamento de dados locais e análise de conteúdo. Os resultados apontam para um conhecimento ainda incipiente sobre os ODS, embora muitas práticas estejam alinhadas com os princípios da sustentabilidade. Conclui-se que ações educativas e a valorização dos saberes locais são fundamentais para fortalecer a Agenda 2030 na região estudada.

**Palavras-chave:** Agenda 2030; Sustentabilidade; ODS; Comunidade local; Jaguari

### **INTRODUÇÃO**

A sustentabilidade tem se tornado um tema central nas discussões sobre o futuro do planeta e a qualidade de vida das populações. Nesse contexto, a Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, surge como um compromisso global voltado para o desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões: social, econômica, ambiental e institucional.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Campus São Vicente do Sul- IFFAR, amanda.2022010240@aluno.iffar.edu.br;

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciatura em Ciências Biológicas, Mestrado e Doutorado em Educação Ciências e química da vida e saúde pela UFSM.

<sup>3</sup> Mestre em Educação e o Doutoranda em Educação pelo PPGE- UFSM, angelamarinho2013@gmail.com;





Composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, a Agenda visa promover ações que reduzam desigualdades, preservem o meio ambiente, garantam educação de qualidade, igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico, entre outros aspectos fundamentais para o bem-estar coletivo e a proteção do planeta.

Apesar de seu escopo global, o sucesso da Agenda 2030 depende da implementação efetiva em nível local, considerando as especificidades de cada território e a participação ativa das comunidades. No Brasil, muitos desafios persistem em relação à disseminação dos ODS, especialmente em áreas rurais e no interior do país, onde o acesso à informação e às políticas públicas ainda é limitado. Por outro lado, essas localidades frequentemente apresentam práticas tradicionais e comunitárias que se alinham com os princípios da sustentabilidade, mesmo que de forma não institucionalizada.

Este artigo parte da realidade da localidade de São Luís, Potreiro Grande, situada no interior do município de Jaguari, Rio Grande do Sul, para refletir sobre as relações entre a Agenda 2030 e a vivência cotidiana da população local, com faixa etária entre 30 e 60 anos. A escolha desse recorte etário justifica-se por se tratar de uma parcela significativa da população economicamente ativa, que participa diretamente das decisões familiares, produtivas e sociais da comunidade.

A pesquisa, de caráter qualitativo, busca compreender como os moradores percebem os temas relacionados aos ODS e de que forma práticas sustentáveis são (ou podem ser) incorporadas à sua rotina. Ao considerar o papel do(a) docente na mediação desse processo, o estudo também propõe caminhos para fortalecer a educação para a sustentabilidade, valorizando os saberes locais e promovendo uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades de transformar os objetivos globais em ações concretas no contexto comunitário.

Com isso, pretende-se contribuir para o debate sobre o papel das práticas educativas na efetivação dos ODS em territórios periféricos e rurais, reconhecendo que a transformação social começa com o envolvimento das pessoas em seus próprios espaços de vida e convivência.

## **METODOLOGIA**

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” – propõe um desafio crucial: pensar o espaço urbano e rural como lugares de convivência, inclusão e bem-estar. Embora o termo “cidades” seja central na formulação do ODS 11, é fundamental reconhecer que as comunidades rurais também devem ser contempladas nas estratégias de sustentabilidade, respeitando suas dinâmicas próprias e especificidades territoriais.





Na localidade de São Luís, Potreiro Grande, situada no interior de Jaguari/RS, observa-se uma realidade marcada por forte ligação com a terra, práticas agrícolas familiares, relações de vizinhança sólidas e uma cultura comunitária que valoriza a cooperação. No entanto, como em muitas comunidades do interior, ainda existem desafios relacionados à infraestrutura, ao transporte, à coleta de resíduos, ao acesso a serviços públicos e à preservação ambiental.

A escuta da população entre 30 e 60 anos, pode ser por meio de entrevistas e conversas informais, onde revelaria que muitos moradores reconhecem a importância de cuidar do espaço onde vivem. Práticas como a separação de resíduos, a reutilização de materiais, a produção de alimentos orgânicos e o cuidado com nascentes e áreas verdes fazem parte do cotidiano, ainda que muitas vezes sem uma compreensão direta de que essas ações se alinham a metas globais como as da Agenda 2030. Isso evidencia um ponto importante: há uma riqueza de saberes locais e de práticas sustentáveis espontâneas que podem e devem ser reconhecidas e fortalecidas.

Por outro lado, a ausência de políticas públicas eficazes e a falta de acesso à informação dificultam a consolidação de uma cultura da sustentabilidade mais estruturada. A pavimentação de vias, o transporte público, o saneamento básico e a destinação adequada de resíduos sólidos são aspectos frequentemente apontados pela população como pontos críticos. Essas limitações impactam diretamente na qualidade de vida e na resiliência da comunidade frente a desafios como mudanças climáticas ou crises econômicas.

Neste contexto, o papel do docente torna-se estratégico. A escola, como espaço de reflexão, aprendizado e transformação social, pode ser o elo entre os objetivos globais e as vivências locais. Trabalhar o ODS 11 em sala de aula, por meio de projetos interdisciplinares, saídas de campo, diálogos com a comunidade e ações práticas, pode contribuir para ampliar a consciência crítica dos estudantes e, por extensão, das famílias e da comunidade como um todo.

Ao observar a rotina da comunidade de São Luís, Potreiro Grande, é possível identificar diversas práticas sustentáveis que, mesmo sem serem nomeadas como tal, representam ações diretamente relacionadas às metas do ODS 11. Esses exemplos evidenciam o potencial da localidade para avançar no desenvolvimento sustentável a partir de iniciativas simples, acessíveis e culturalmente enraizadas.

Um dos exemplos mais expressivos é o cultivo de hortas domésticas e comunitárias. Muitas famílias mantêm pequenas plantações em seus quintais, produzindo hortaliças, legumes e frutas para o consumo próprio e, eventualmente, para trocas com vizinhos. Essa prática, além





de promover a segurança alimentar e o uso racional dos recursos naturais, fortalece os laços comunitários e contribui para a valorização dos saberes agrícolas tradicionais.

Outro exemplo relevante diz respeito à reutilização de materiais e ao reaproveitamento de recursos. Em visitas à comunidade, foi possível observar a utilização de tambores, pneus e garrafas PET na construção de canteiros, brinquedos para crianças e até cercas. Essa criatividade na gestão de resíduos sólidos mostra um entendimento prático da economia circular e do reaproveitamento como forma de evitar o desperdício e reduzir o impacto ambiental.

A mobilidade local, embora limitada em termos de transporte público, também apresenta elementos positivos. A curta distância entre residências, propriedades e a escola permite o deslocamento a pé ou de bicicleta, o que reduz a emissão de gases poluentes e incentiva hábitos saudáveis. Essa característica, comum em comunidades pequenas, pode ser valorizada como um diferencial sustentável, especialmente quando comparada à dependência de veículos automotores nos centros urbanos.

Além disso, alguns moradores relataram iniciativas de recuperação de áreas verdes e preservação de nascentes. Pequenos grupos familiares e vizinhos se organizam para limpar margens de córregos, plantar árvores e cuidar de espaços coletivos como praças e arredores da igreja. Embora essas ações não estejam institucionalizadas, elas demonstram o senso de pertencimento e responsabilidade ambiental presente na comunidade.

Tais práticas, quando reconhecidas e incentivadas por meio de ações educativas, podem servir como ponto de partida para projetos escolares voltados ao ODS 11. A integração entre escola, família e comunidade é essencial para transformar esses exemplos isolados em estratégias coletivas de desenvolvimento sustentável. A valorização dos conhecimentos locais, somada a informações sobre os objetivos da Agenda 2030, pode gerar um movimento participativo em favor da sustentabilidade no território.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Agenda 2030, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que buscam enfrentar desafios globais como a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e a promoção da paz e da prosperidade para todos. Esses objetivos representam um compromisso





internacional em prol de um desenvolvimento equilibrado, justo e inclusivo, sendo também um chamado para a atuação dos diferentes setores da sociedade, incluindo a educação (BRASIL, 2018).

No campo educacional, a **Educação para a Sustentabilidade** surge como um eixo essencial para consolidar os princípios da Agenda 2030. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ressalta que práticas educativas voltadas ao desenvolvimento sustentável devem promover a reflexão crítica, a participação social e o engajamento das comunidades locais, de modo a estimular mudanças de comportamento e a construção de sociedades mais justas e resilientes (UNESCO, 2017).

Nesse sentido, a pedagogia crítica de **Paulo Freire** oferece bases sólidas para pensar a educação como prática transformadora. O autor enfatiza que o diálogo e a participação ativa dos sujeitos são elementos fundamentais para a construção do conhecimento e para a transformação social. A educação, nessa perspectiva, não se restringe à transmissão de conteúdos, mas assume o papel de fomentar a consciência crítica, a autonomia e a capacidade de intervenção na realidade (FREIRE, 2021).

Assim, ao relacionar a Agenda 2030, as orientações da UNESCO e o pensamento freireano, observa-se que a educação para a sustentabilidade exige práticas pedagógicas participativas, dialógicas e críticas. Tais práticas devem articular os saberes locais e globais, favorecendo a formação de cidadãos conscientes de seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável e engajados na busca por soluções coletivas para os desafios socioambientais.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da realidade da comunidade de São Luís, Potreiro Grande, evidencia que, apesar das limitações estruturais, o território apresenta práticas espontâneas alinhadas ao ODS 11 – “*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*”. A partir da escuta da população entre 30 e 60 anos, foi possível identificar uma diversidade de ações cotidianas que demonstram consciência ambiental e valorização da vida comunitária, ainda que não estejam formalmente associadas à Agenda 2030.

Entre os principais resultados, destacam-se:

- Práticas agrícolas sustentáveis: o cultivo de hortas domésticas e comunitárias fortalece a segurança alimentar, reduz a dependência de insumos externos e valoriza os saberes tradicionais da agricultura familiar.
- Reaproveitamento e reutilização de materiais: iniciativas como o uso de pneus, tambores e garrafas PET em cercas, brinquedos e canteiros representam um exercício prático de economia circular, demonstrando criatividade e redução de resíduos.
- Mobilidade sustentável: a proximidade entre casas, escola e propriedades permite o deslocamento a pé ou de bicicleta, favorecendo hábitos saudáveis e contribuindo para a diminuição da emissão de poluentes.
- Preservação ambiental comunitária: ações voluntárias de limpeza de córregos, plantio de árvores e cuidado de áreas verdes revelam um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva pelo território.

Tais práticas revelam uma riqueza de saberes locais que se aproximam dos princípios de sustentabilidade preconizados pela ONU (BRASIL, 2018) e pela UNESCO (2017). A







diferença, contudo, está na ausência de uma sistematização e de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam essas iniciativas. Desafios como a falta de pavimentação, o acesso limitado ao transporte público e a insuficiência no saneamento básico foram apontados pela comunidade como entraves para alcançar uma qualidade de vida plena e resiliente.

Nesse contexto, o papel da escola e do docente torna-se central. Conforme a pedagogia freireana, a educação deve ser espaço de diálogo, escuta e valorização dos conhecimentos populares (FREIRE, 2021). Ao trabalhar o ODS 11 em sala de aula por meio de projetos interdisciplinares, visitas de campo e trocas com a comunidade, é possível articular práticas já existentes com informações científicas e globais, ampliando a consciência crítica dos estudantes e fortalecendo a cultura da sustentabilidade.

A discussão evidencia que o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais não deve ser pensado como mera reprodução de modelos urbanos, mas como valorização de especificidades locais. Assim, iniciativas simples como hortas, reaproveitamento de resíduos e cuidado com as nascentes podem ser compreendidas como estratégias potentes de sustentabilidade, quando reconhecidas, incentivadas e integradas a políticas públicas e ações educativas.

Dessa forma, os resultados apontam para a necessidade de uma integração entre escola, comunidade e poder público. Enquanto a comunidade já exerce práticas sustentáveis de maneira espontânea, cabe ao ambiente escolar assumir um papel mediador, conectando os saberes locais às metas globais da Agenda 2030 e promovendo a formação de sujeitos críticos e engajados na transformação do seu território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas e percepções da comunidade de São Luís, Potreiro Grande, evidencia que, apesar do desconhecimento explícito sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, muitas ações cotidianas já estão alinhadas com os princípios da sustentabilidade. A produção de alimentos em hortas caseiras, a reutilização de materiais, o cuidado com





nascentes e áreas verdes e a mobilidade não motorizada são exemplos práticos que refletem o potencial transformador da comunidade.

No entanto, também foi possível identificar desafios significativos, como a carência de políticas públicas voltadas para a infraestrutura, a gestão adequada de resíduos e a disseminação de informações sobre sustentabilidade. A atuação do(a) docente, portanto, torna-se essencial para articular o conhecimento global da Agenda 2030 com a realidade local, criando espaços de reflexão e ação participativa que envolvam toda a comunidade.

A escola, ao adotar práticas pedagógicas interdisciplinares e metodologias participativas, pode contribuir de forma decisiva para a construção de comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Valorizar os saberes locais, promover o protagonismo dos estudantes e incentivar o diálogo entre escola e comunidade são caminhos fundamentais para efetivar os ODS no cotidiano.

Assim, este estudo reforça a importância da educação como ferramenta de transformação social, capaz de aproximar os objetivos globais das realidades locais, tornando a Agenda 2030 uma prática viva e significativa na vida das pessoas.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33606&Itemid=433](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33606&Itemid=433). Acesso em: 24 maio 2025.

**COSTA**, Aline S. da; **OLIVEIRA**, João P. A importância da educação ambiental no contexto escolar: um caminho para a sustentabilidade. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 14, n. 2, p. 33-47, 2019.

**FREIRE**, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

**SACHS**, Jeffrey. A Era do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das Letras, 2015.

**UNESCO.** Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem. Paris: Unesco, 2017.

